

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	1.841.065	2.388.973
1.01	Ativo Circulante	227.197	182.948
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	182.997	141.461
1.01.03	Contas a Receber	35.610	33.074
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.610	33.074
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.387	3.419
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.387	3.419
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.035	1.976
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.168	3.018
1.01.08.03	Outros	3.168	3.018
1.02	Ativo Não Circulante	1.613.868	2.206.025
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.453	780.314
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	67.257	64.241
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	67.257	64.241
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	652.578
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	652.578
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	72.196	63.495
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	67.965	58.336
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	4.231	5.159
1.02.03	Imobilizado	9.209	8.194
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.209	8.194
1.02.04	Intangível	1.465.206	1.417.517
1.02.04.01	Intangíveis	1.465.206	1.417.517
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.465.206	1.417.517

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	1.841.065	2.388.973
2.01	Passivo Circulante	2.986.518	2.701.386
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.472	4.560
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.115	970
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.357	3.590
2.01.02	Fornecedores	41.266	33.502
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	41.266	33.502
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.686	4.582
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.380	2.445
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	2.380	2.445
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.306	2.137
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.793.231	2.545.117
2.01.04.02	Debêntures	2.793.231	2.545.117
2.01.05	Outras Obrigações	4.217	2.592
2.01.05.02	Outros	4.217	2.592
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	552	499
2.01.05.02.05	Outros Passivos	3.665	2.093
2.01.06	Provisões	136.646	111.033
2.01.06.02	Outras Provisões	136.646	111.033
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	136.646	111.033
2.02	Passivo Não Circulante	700.238	670.134
2.02.02	Outras Obrigações	235.415	220.942
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	235.169	220.524
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	235.169	220.524
2.02.02.02	Outros	246	418
2.02.02.02.03	Outros Passivos	246	418
2.02.04	Provisões	464.823	449.192
2.02.04.02	Outras Provisões	464.823	449.192
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	301.447	288.223
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	9.591	9.284
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	153.785	151.685
2.03	Patrimônio Líquido	-1.845.691	-982.547
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.149.269	-1.286.125

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	149.087	375.697	114.064	312.816
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-121.757	-315.675	-88.556	-237.705
3.03	Resultado Bruto	27.330	60.022	25.508	75.111
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.368	-29.931	-26.794	-36.961
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.943	-15.946	-5.052	-14.329
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-5.417	-14.136	-4.517	-12.631
3.04.02.02	Honorários da Administração	-526	-1.810	-535	-1.698
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.425	-13.985	-21.742	-22.632
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.962	30.091	-1.286	38.150
3.06	Resultado Financeiro	-60.927	-240.657	-62.201	-232.792
3.06.01	Receitas Financeiras	7.021	20.840	6.934	21.449
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.948	-261.497	-69.135	-254.241
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-42.965	-210.566	-63.487	-194.642
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-652.578	21.479	65.799
3.08.02	Diferido	0	-652.578	21.479	65.799
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-42.965	-863.144	-42.008	-128.843
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-42.965	-863.144	-42.008	-128.843
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00142	-0,02843	-0,00138	-0,00424

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-42.965	-863.144	-42.008	-128.843
4.03	Resultado Abrangente do Período	-42.965	-863.144	-42.008	-128.843

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	127.298	90.935
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	162.512	152.686
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-863.144	-128.843
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	652.578	-65.799
6.01.01.03	Depreciação e amortização	51.761	50.976
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.994	-4.412
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	307	311
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	235.371	220.159
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-4.981	-5.869
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	5	0
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	14.645	25.903
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	13.225	22.662
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	60.751	37.598
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.214	-61.751
6.01.02.01	Contas a Receber	-2.536	-2.789
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-1.059	-1.003
6.01.02.03	Outros Ativos	777	2.483
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	7.765	1.774
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	52	26
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	103	-174
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	1.912	1.636
6.01.02.08	Provisão para manutenção - pagamento	-35.032	-63.315
6.01.02.09	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-9.630	-2.322
6.01.02.10	Outros Passivos	1.403	1.193
6.01.02.11	Tributos a Recuperar	1.031	740
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-85.762	-48.927
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-2.371	-838
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-85.356	-51.481
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	1.965	3.392
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	41.536	42.008
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	141.461	83.945
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	182.997	125.953

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-1.286.125	0	-982.547
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-1.286.125	0	-982.547
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-863.144	0	-863.144
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-863.144	0	-863.144
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-2.149.269	0	-1.845.691

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-1.064.334	0	-760.756
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-1.064.334	0	-760.756
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-128.843	0	-128.843
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-128.843	0	-128.843
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-1.193.177	0	-889.599

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
7.01	Receitas	415.039	344.945
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	293.923	268.294
7.01.02	Outras Receitas	121.116	76.651
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	95.697	56.422
7.01.02.02	Receitas Acessórias	12.511	12.299
7.01.02.03	Outras Receitas	12.908	7.930
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-274.019	-206.046
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-170.489	-146.198
7.02.04	Outros	-103.530	-59.848
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-95.026	-55.318
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-4.601	-4.212
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-3.903	-318
7.03	Valor Adicionado Bruto	141.020	138.899
7.04	Retenções	-51.761	-50.976
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.761	-50.976
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	89.259	87.923
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.840	21.449
7.06.02	Receitas Financeiras	20.840	21.449
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	110.099	109.372
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	110.099	109.372
7.08.01	Pessoal	28.484	24.409
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.127	17.653
7.08.01.02	Benefícios	6.967	5.614
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.390	1.142
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	679.070	-41.545
7.08.02.01	Federais	663.961	-55.374
7.08.02.03	Municipais	15.109	13.829
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	265.689	255.351
7.08.03.02	Aluguéis	2.930	1.389
7.08.03.03	Outras	262.759	253.962
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	14.645	25.903
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	248.114	228.059
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-863.144	-128.843
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-863.144	-128.843

Comentário do Desempenho



3T24

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br

Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - 30 de Setembro 2024**

14 de novembro de 2024 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.– em recuperação judicial— “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do terceiro trimestre de 2024.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21—Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34—International Financial Reporting.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 17
Responsabilidade Socioambiental	Página 18
Demonstrações Financeiras	Página 19
Relacionamento com o Auditor	Página 23

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
 Diretor Administrativo, Financeiro e de
 Relações com Investidores / CFO

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

Comentário do Desempenho

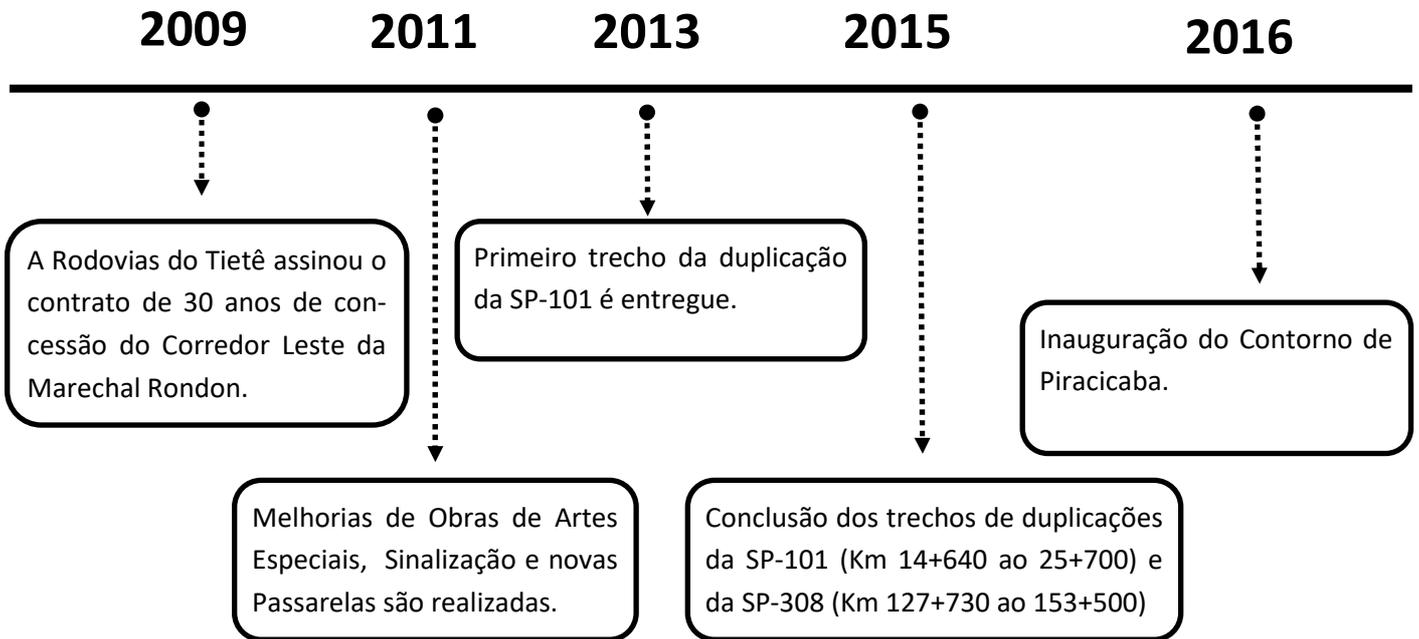


Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



Comentário do Desempenho**Destques:****Receita**

✓ R\$ 375,7 milhões de receita líquida.

**Tráfego**

✓ Aumento de 6,66% no tráfego pedagiao e aumento de 5,83% no tráfego em eixos equivalentes.

**Obras**

- ✓ Recapeamentos das Rodovias
- ✓ Complexo de Botucatu
- ✓ Alargamento de OAE



Comentário do Desempenho



Sumário Executivo

Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho.

No âmbito doméstico, o conjunto de indicadores recentes de atividade econômica e do mercado de trabalho tem apresentado maior dinamismo do que o esperado.

A inflação cheia ao consumidor tem apresentado trajetória de desinflação, enquanto medidas de inflação subjacentes se situaram acima da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2024 e 2025 apuradas encontram-se em torno de 4,4% e 4,0%, respectivamente.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 4,24% no acumulado nos últimos 12 meses.

No terceiro trimestre de 2024 houve um aumento de 6,66% no tráfego de veículos, quando comparado ao ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou um crescimento de 5,83%, quando comparado ao ano anterior.

Comentário do Desempenho**Tráfego**

Nos nove meses de 2024 o volume de tráfego teve um aumento de 6,66% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento de 7,62%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 3,93% e comerciais pesados um aumento de 3,81%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2024*	2023*	Variação
Passeio	16.739.441	15.554.608	7,62%
Comercial Leve	3.093.456	2.976.470	3,93%
Comercial Pesado	2.425.226	2.336.247	3,81%
Total	22.258.123	20.867.325	6,66%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Setembro.

Nos nove meses de 2024 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 5,83% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento 7,52%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 4,25% e comerciais pesados um aumento de 4,77%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2024*	2023*	Variação
Passeio	16.426.337	15.277.925	7,52%
Comercial Leve	7.429.387	7.126.401	4,25%
Comercial Pesado	14.554.557	13.891.593	4,77%
Total	38.410.281	36.295.919	5,83%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Setembro.

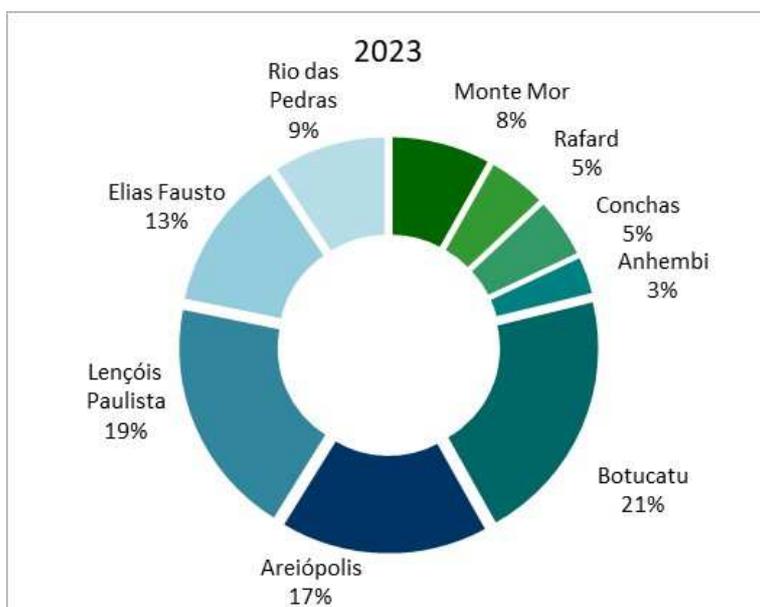
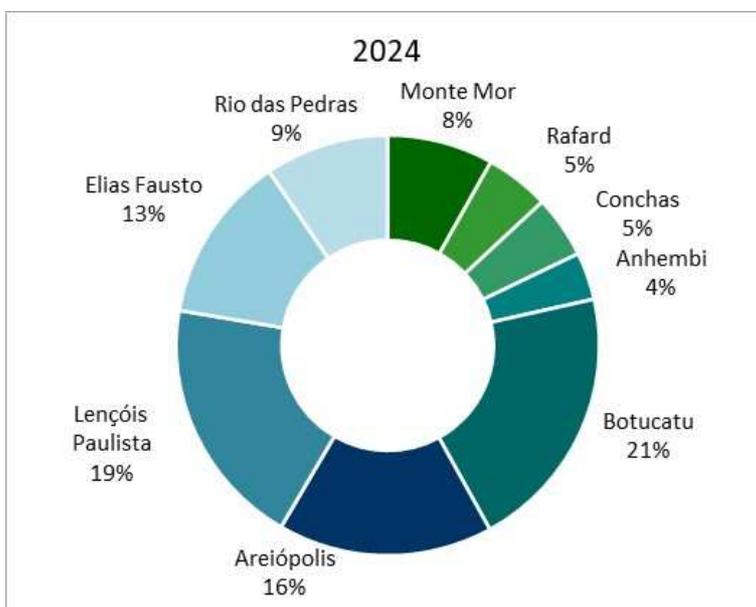
Comentário do Desempenho



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 56% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 44% da receita.



Comentário do Desempenho

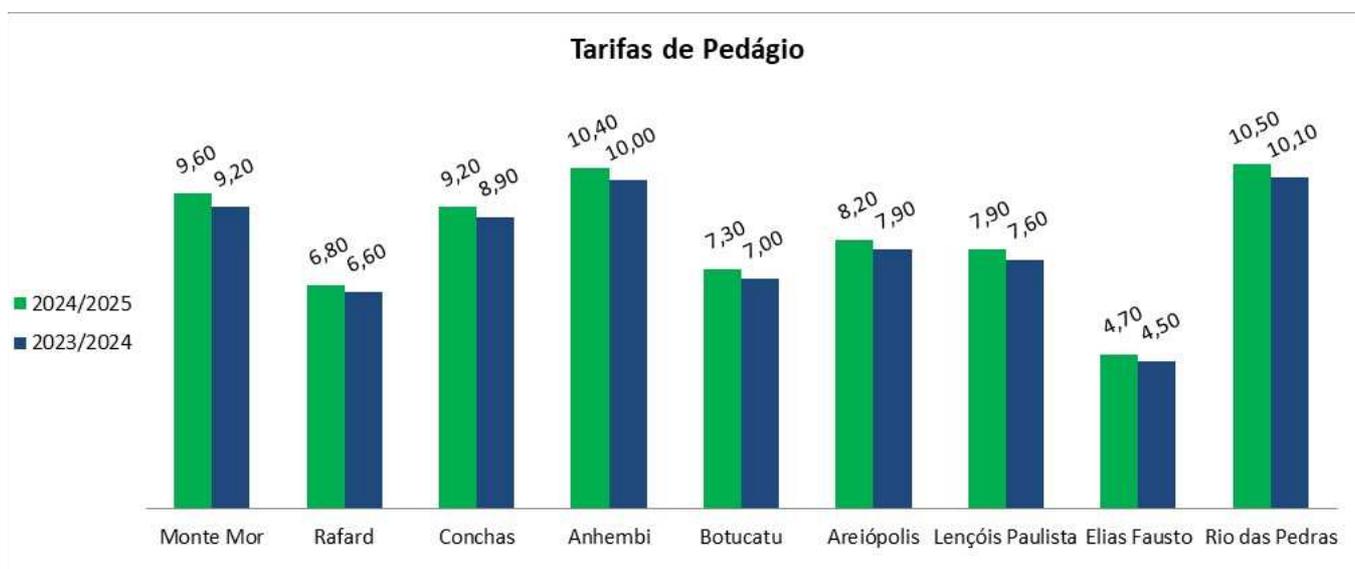


Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2024/2025 é de R\$ 8,29 contra R\$ 7,98 em 2023/2024.

Praça de pedágio	2024/2025	2023/2024
Monte Mor	9,60	9,20
Rafard	6,80	6,60
Conchas	9,20	8,90
Anhembi	10,40	10,00
Botucatu	7,30	7,00
Areiópolis	8,20	7,90
Lençóis Paulista	7,90	7,60
Elias Fausto	4,70	4,50
Rio das Pedras	10,50	10,10
Tarifa Média	8,29	7,98



Comentário do Desempenho



Receitas

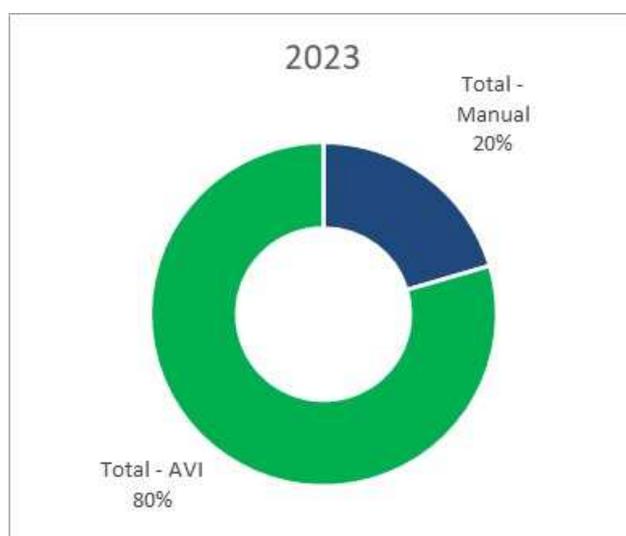
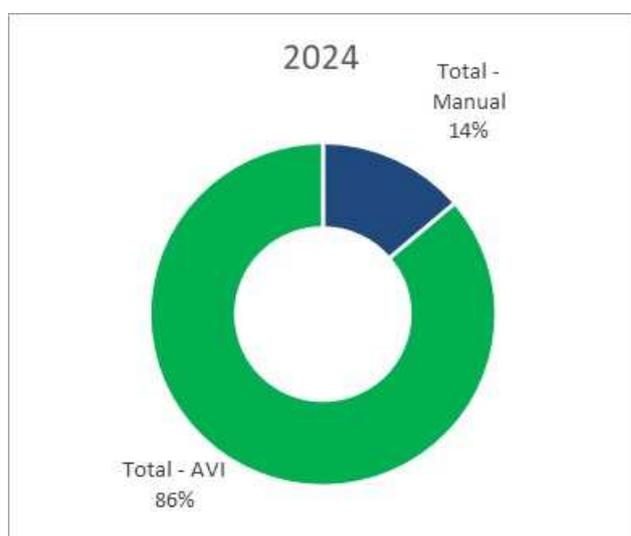
Receitas (em R\$ mil)	2024*	2023*	Varição
Receitas de Pedágio	293.923	268.294	9,55%
Receitas Acessórias	12.511	12.299	1,72%
Impostos sobre Receitas	(26.434)	(24.199)	9,24%
Receitas Operacionais	280.000	256.394	9,21%
Receitas de Construção	95.697	56.422	69,61%
TOTAL	375.697	312.816	20,10%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

A Concessionária obteve nos nove primeiros meses de 2024, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 293.923 mil (R\$ 268.294 mil em 2023) e arrecadou R\$ 12.511 mil (R\$ 12.299 mil em 2023) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 26.434 mil nos nove meses de 2024 (R\$ 24.199 mil em 2023).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 95.697 mil de receita de construção contra R\$ 56.422 mil no mesmo período de 2023 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2024*	2023*	Variação
Com Pessoal	(26.674)	(22.712)	17,44%
Honorários da Administração	(1.810)	(1.698)	6,60%
Manutenção e conservação	(73.939)	(63.501)	16,44%
Serviço de terceiros	(7.455)	(7.917)	-5,84%
Ônus variável da concessão	(4.601)	(4.212)	9,24%
Seguros e Garantias	(2.389)	(2.288)	4,41%
Outras receitas e despesas	(7.049)	(5.784)	21,87%
Subtotal	(123.917)	(108.112)	14,62%
Custo de serviços de construção	(95.026)	(55.318)	71,78%
Provisão para demandas judiciais	(14.150)	(22.662)	-37,56%
Provisão para manutenção em rodovias	(60.751)	(37.598)	61,58%
Depreciação e amortização	(51.761)	(50.976)	1,54%
Total	(345.605)	(274.666)	25,83%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

No terceiro trimestre de 2024, houve um aumento de 25,83% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 274.666 mil em 2023 para R\$ 345.605 mil em 2024. As principais variações foram:

- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Redução nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e devido ao aumento dos investimentos dos últimos doze meses.

Comentário do Desempenho



EBITDA e MARGEM EBITDA

Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e para demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2024*	2023*	Variação
Resultado Líquido do Período	(863.144)	(128.843)	569,92%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	652.578	(65.799)	-1.091,77%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	240.657	232.792	3,38%
(+/-) Depreciação e Amortização	51.761	50.976	1,54%
EBITDA	81.852	89.126	-8,16%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	60.751	37.598	61,58%
(+/-) Provisão para demandas judiciais e Adm	14.150	22.662	-37,56%
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção conserva especial	(35.032)	(63.315)	-44,67%
EBTIDA considerando efeito Cons. Especial (a)	121.721	86.071	41,42%
Margem EBITDA Ajustado Cons. Especial	43,47%	33,57%	9,9 p.p
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção	35.032	63.315	-44,67%
Receitas Operacionais (b)	280.000	256.394	9,21%
EBITDA AJUSTADO (c)	156.753	149.386	4,93%
Margem EBITDA Ajustado (c/b)	55,98%	58,26%	-2,28 p.p

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

Nos nove primeiros meses de 2024, houve um aumento de 4,93% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 149.386 mil em 2023 para R\$ 156.753 mil em 2024. E a margem EBITDA ajustado teve uma redução de 2,28 p.p.

Além disso, houve um aumento de 1,54% na depreciação e amortização que passou de R\$ 50.976 mil em 2023 para R\$ 51.761 mil em 2024. Houve também uma variação de 61,58% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.

Comentário do Desempenho**Resultado Financeiro**

O resultado financeiro no terceiro trimestre de 2024, comparado ao mesmo período de 2023, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2024*	2023*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(235.371)	(220.159)	6,91%
Juros sobre Mútuo	(14.645)	(25.903)	-43,46%
Outras Despesas Financeiras	(11.481)	(8.179)	40,37%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(261.497)	(254.241)	2,85%
Receitas Financeiras	20.840	21.449	-2,84%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(240.657)	(232.792)	3,38%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

Nos nove meses de 2024 houve um aumento de 3,38% no resultado financeiro que passou de (R\$ 232.792) nos nove meses de 2023 para (R\$ 240.657) mil em 2024. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Aumento em função do maior índice de CDI.
- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Aumento do IPCA em 2024.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função de maiores despesas com encargos financeiros.
- ⇒ Receitas Financeiras: Redução devido a taxa de CDI.

Comentário do Desempenho



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215

Comentário do Desempenho



Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.

Comentário do Desempenho**Debêntures - (continuação)**

Em 08 de novembro de 2019, com a declaração de vencimento antecipado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a Administração da Companhia deu início aos trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial, como sendo mais um passo no processo de reestruturação financeira, sem afetar os compromissos assumidos junto ao órgão regulador e os serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores.

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.

Comentário do Desempenho



Obras e Investimentos

Recapeamentos da SP-101, SPA-007/209 e SPI-162/308



Primeiro ciclo de intervenção da rodovia SPI-162/308 (Contorno de Piracicaba). Segundo ciclo de intervenção da conservação especial de pavimento das rodovias SP-101 e SPA-007/209. O custo incorrido até setembro de 2024 foi de **R\$ 140,9 milhões**.

Complexo de Botucatu



Engloba 06 itens de investimentos (Marginais da SP-209, km 19+000 ao km 21+100 N/S; Marginais da SP-300, km 248+000 ao km 252+000 L/O; e Melhoria de 02 Dispositivos km 20+300 e km 248+900), que totalizam 11,5 quilômetros. As duas Obras de Artes Especiais (OAE's) do km 20 e Contenções estão em andamento. O custo incorrido até setembro de 2024 foi de **R\$ 52,2 milhões**.

Alargamentos de OAE



Contempla 6 alargamentos na SP-300, nos km's 171+900, 176+250, 207+900, 215+350, 215+500 e 299+550; os serviços foram iniciados em jan de 2023 e estão em andamento. O custo incorrido até setembro de 2024 foi de **R\$ 17,7 milhões**.

Comentário do Desempenho



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Acorda Motorista



O evento “Acorda Motorista” é focado aos caminhoneiros da rodovia. Ela é realizada no período da madrugada, justamente para alertá-los sobre os riscos de dirigir com sono. Todos os usuários recebem um material com dicas e informações para garantir uma viagem segura, como a importância da parada a cada duas horas dirigindo e a necessidade de dormir antes de uma viagem além de distribuição de kit saúde com álcool em gel e máscara.

Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”



Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas corta pipa e kit de adesivos refletivos para capacete.

Via Segura



A campanha Via Segura, foi realizado no mês de maio na cidade Lençóis Paulista. O objetivo é intensificar a segurança dos usuários na rodovia, fortalecendo a importância de respeitar as leis de trânsito, além de fornecer aos motoristas, seja de caminhão, carro ou moto um guia do motorista, feito especialmente para que o usuário conheça melhor a rodovia pelo qual ele trafega diariamente ou esporadicamente.

Comentário do Desempenho**Balanço Patrimonial**

Ativo (em R\$ mil)	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	182.997	141.461
Contas a receber (Nota 6)	35.610	33.074
Despesas Antecipadas	3.035	1.976
Impostos a recuperar (Nota 7)	2.387	3.419
Outros ativos	3.168	3.018
	227.197	182.948
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	67.257	64.241
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	-	652.578
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	67.965	58.336
Outros ativos	4.231	5.159
Imobilizado (Nota 9)	9.209	8.194
Intangível (Nota 10)	1.465.206	1.417.517
	1.613.868	2.206.025
Total do ativo	1.841.065	2.388.973

Comentário do Desempenho



Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2024	2023
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	41.266	33.502
Debêntures (Nota 14)	2.793.231	2.545.117
Credor pela concessão	552	499
Obrigações tributárias	4.686	4.582
Obrigações trabalhistas	6.472	4.560
Provisões (Nota 13)	136.646	111.033
Outros passivos	3.665	2.093
	2.986.518	2.701.386
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	464.823	449.192
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	235.169	220.524
Outros passivos	246	418
	700.238	670.134
Total do passivo	3.686.756	3.371.520
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(2.149.269)	(1.286.125)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(1.845.691)	(982.547)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.841.065	2.388.973

Comentário do Desempenho**Demonstrações dos Resultados**

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2024	2023
Receita operacional líquida (Nota 16)	375.697	312.816
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(315.675)	(237.705)
Lucro bruto	60.022	75.111
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(15.946)	(14.329)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(13.985)	(22.632)
	(29.931)	(36.961)
Lucro (prejuízo) operacional	30.091	38.150
Despesas financeiras (Nota 18)	(261.497)	(254.241)
Receitas financeiras (Nota 18)	20.840	21.449
Despesas financeiras, líquidas	(240.657)	(232.792)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(210.566)	(194.642)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	(652.578)	65.799
Prejuízo do período	(863.144)	(128.843)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,02843)	(0,00424)

Comentário do Desempenho



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(863.144)	(128.843)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	652.578	(65.799)
Depreciação e amortização	51.761	50.976
Rendimentos de aplicações financeiras	(4.981)	(5.869)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	5	-
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	235.371	220.159
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	14.645	25.903
Provisões para demandas judiciais	13.225	22.662
Provisões para manutenção em rodovias	60.751	37.598
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.994	(4.412)
Variação monetária sobre provisão para investimentos	307	311
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	-
	162.512	152.686
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(2.536)	(2.789)
Despesas antecipadas	(1.059)	(1.003)
Tributos a recuperar	1.031	740
Depósitos judiciais	(9.630)	(2.322)
Outros ativos	777	2.483
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	7.765	1.774
Credor pela concessão - ônus variável	52	26
Obrigações tributárias	103	(174)
Obrigações trabalhistas	1.912	1.636
Provisão para manutenção — pagamento	(35.032)	(63.315)
Outros passivos	1.403	1.193
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	127.298	90.935
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	1.965	3.392
Investimentos no ativo imobilizado	(2.371)	(838)
Investimentos no ativo intangível	(85.356)	(51.481)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(85.762)	(48.927)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	-	-
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	41.536	42.008
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	141.461	83.945
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	182.997	125.953

Comentário do Desempenho



Relacionamento com o Auditor

Nos nove meses de 2024, a Concessionária não contratou a BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de setembro de 2024, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era estimado em R\$ 3.673 milhões (R\$ 4.787 milhões a valor nominal) e em 31 de dezembro de 2023 era estimado em R\$ 3.758 milhões (R\$ 4.872 milhões a valor nominal), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 863.144 (2023 - R\$ 128.843), um capital circulante líquido negativo de R\$ 2.759.321 (2023 - R\$ 2.518.438) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 1.845.691 (2023 - R\$ 982.547) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas. O resultado negativo foi impactado de forma relevante pelo reconhecimento de provisão dos créditos tributários que vinham sendo reconhecidos. Para maiores informações sobre o tema, vide a Nota Explicativa 2.3.

O capital circulante negativo mencionado acima está considerando a totalidade das debêntures classificada no passivo circulante conforme determinação das normas brasileiras e internacionais de contabilidade, em razão da declaração de vencimento antecipado em Assembleia realizada no dia 08 de novembro de 2019.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1. Recuperação judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, a Recuperação Judicial (“RJ”) foi a forma mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores (“Plano”), tendo essa decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06 de outubro de 2021.

O Plano de Recuperação apresentado pela Companhia e aprovado em Assembleia Geral de Credores demonstra os principais pontos para a reestruturação financeira:

- Compra e venda de 100% (cem por cento) das ações ordinárias da Companhia e seus respectivos mútuos: acordo de compra e venda das ações e respectivos (“SPA”) detidos pelos atuais acionistas para o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo de investimento”), gerido pela gestora Geribá.
- Créditos quirografários detidos por Debenturista: o Debenturista poderá escolher entre duas opções de pagamento, caso escolha a “Opção A” as debêntures atuais serão trocadas por “Debêntures de Resultado” e caso seja realizada a escolha da “Opção B” as debêntures darão lugar para cotas do Fundo de Investimento.
- Credores Trabalhistas: serão pagos em 12 parcelas mensais de igual valor respeitando o limite total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- Créditos quirografários detidos por não Debenturista: terão seus créditos, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), cada um, pagos em 12 (doze) parcelas mensais, caso o saldo deste valor ultrapasse este limite e não seja superior a R\$ 3.000.000,00 será pago na proporção de 50% em 12 parcelas mensais a contar do final do pagamento (três milhões de reais) do parcelamento do primeiro montante e caso os créditos sejam superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) será dividido em 50% (cinquenta por cento) pagos em 150 (cento e cinquenta) parcelas e os outros 50% (cinquenta por cento) serão pagos em 210 (duzentos e dez) meses com bônus de adimplência.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Créditos detidos pela ARTESP: serão pagos até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas a partir do 60º (sexagésimo) mês da aprovação deste Plano pela ARTESP. O saldo superior a R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) será pago na proporção de 40% (quarenta por cento) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas contados do último dia útil do 60º (sexagésimo) mês e 60% (sessenta por cento) em parcela única após 210 (duzentos e dez) meses contados da aprovação da ARTESP ou da liquidação do crédito, o que ocorrer por último, com bônus de adimplência.
- Créditos ME/EPP: serão pagos integralmente em uma única parcela.

O Plano de Recuperação aprovado e homologado no processo da recuperação judicial somente poderá entrar em vigência após a aprovação da ARTESP acerca da alteração de controle acionário da Companhia, o que não possui prazo definido para sua ocorrência. Para evitar indefinições, foi previsto no Plano de Recuperação que essa aprovação deveria ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias da Homologação Judicial do Plano de Recuperação, entendida a data inicial como 06 de outubro de 2021, portanto até 05 de março de 2022.

Entretanto, a despeito dos esforços empreendidos pela Companhia para obtenção da decisão favorável da ARTESP, a sua aprovação ainda não foi obtida até a presente data, impedindo a implementação do Plano.

Por essa razão, a data limite para obtenção da aprovação da ARTESP vem sendo sucessivamente prorrogada, e devidamente refletida na RJ através de adesões ao Plano e aditamentos ao SPA. A última prorrogação estabeleceu como data limite para a implementação do Plano o dia 31 de outubro de 2024. A Companhia tem envidado os melhores esforços para que a aprovação da ARTESP seja obtida o mais breve possível, sendo certo que, caso não seja possível obtê-la até a referida data, adotará as providências para submissão aos credores de nova extensão dos prazos previstos no Plano de Recuperação, de modo a evitar a sua resolução.

Não obstante, alguns atos já foram praticados no bojo da reestruturação, tal como conforme estabelecido no plano de recuperação judicial, as emissões de debêntures perpétuas, para reestruturação de parte do passivo concursal da Companhia, e de debêntures na modalidade “financiamento DIP”, visando a captação de recursos na ordem de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), as quais serão integralizadas pelos atuais debenturistas, uma vez obtida a aprovação da ARTESP acerca da alteração de controle da Companhia.

Até o presente momento, a ARTESP questionou sua inclusão no bojo da recuperação judicial e a aplicação do Plano aos seus créditos. Além da definição da concursabilidade dos créditos da ARTESP, pende a aprovação da transferência de controle e essa autorização é fundamental para que o Plano tenha plena eficácia e a dívida da Companhia seja efetivamente reestruturada, ocorrendo a novação, a quitação, a extinção de ações judiciais em curso e a extinção da alienação fiduciária das ações da Companhia. Nesse contexto, as presentes informações contábeis não foram afetadas por quaisquer efeitos decorrentes da aprovação/homologação do plano de Recuperação Judicial, tendo sido mantidas, portanto, as condições originais de pagamento dos saldos dos credores referente às classes de crédito tratadas no plano de Recuperação Judicial.

Caso a transferência de controle não seja aprovada pela ARTESP, não poderá ser desconsiderado o risco de o Poder Concedente iniciar um processo de apuramento de inadimplência, que poderá ensejar a caducidade do contrato de concessão por inexecução de algumas obrigações contratuais, tais como: (i) o não cumprimento do plano de investimentos ou o não pagamento das penalidades impostas por infrações nos prazos estabelecidos em contrato; (ii) a deterioração das condições econômico-financeiras da Concessionária; ou (iii) a incapacidade de renovação do seguro-garantia.

A não obtenção da aprovação da ARTESP também repercute, de modo mais particular, sobre (i) os ajustes decorrentes de redução do valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis (impairment); e (ii) a expectativa de realização dos tributos diferidos registrados no ativo da Companhia. Para maiores informações sobre estes temas, vide as notas 8 e 10.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração da Companhia reavalia, periodicamente, as repercussões que a não implementação do Plano de Recuperação Judicial produz sobre as suas atividades.

A Companhia continua aguardando a aprovação da ARTESP, ressaltando, no entanto, que este processo (i) não está sob controle da administração da Companhia; e (ii) não afeta o atendimento dos seus compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

A apresentação das informações contábeis intermediárias foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de novembro de 2024.

2. Base de preparação

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2024 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As informações contábeis intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado (DVA) em suas demonstrações contábeis, enquanto para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2024.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Opção pela não reapresentação de valores comparativos correspondentes

A Companhia mantém créditos de tributos que montam a R\$ 723.553 em 30 de setembro de 2024, representados por prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 512.041 e diferenças temporárias no montante de R\$ 211.512. Devido aos aspectos mencionados na Nota 1.1, notadamente o decurso do tempo desde a homologação judicial do Plano e as incertezas relacionadas à sua implementação, a Companhia revisou sua análise da perspectiva de realização daqueles créditos com lucros tributáveis futuros para registro pelo valor recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" e norma internacional de contabilidade IAS 12 - Income Taxes, e concluiu pelo reconhecimento de provisão ao resultado (baixa) do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024 no montante de R\$ 652.578.

Este reconhecimento deveria ter sido registrado como correção de erro, retrospectivamente, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na apresentação destas informações trimestrais. Devido ao fato de a Companhia estar em processo de atualização de estudos preliminares fundamentados por projeções futuras que dependem da definição do plano de recuperação judicial, conforme descrito na Nota 10, para registro de eventual redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível, foi feita a opção de não reapresentar as informações financeiras anteriormente emitidas para registrar a provisão pela ausência de recuperabilidade dos tributos sobre o lucro retrospectivamente, já que existem indicativos de que registros por impairment poderão serem necessários, fato que ocasionaria a necessidade de nova reapresentação de informações financeiras.

Abaixo, a Companhia apresenta os efeitos correspondentes comparativos para o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e em 1º de janeiro de 2023, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2023.

1. Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e 1º de janeiro de 2023

	Saldo de abertura 1º de janeiro de 2023			Saldo final de 31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajustes	Modificado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	539.037	(539.037)	-	652.578	(652.578)	-
Total do ativo	2.184.501	(539.037)	1.645.464	2.388.973	(652.578)	1.736.395
Patrimônio líquido						
Prejuízo acumulado	(1.064.334)	(539.037)	(1.603.371)	(1.286.125)	(652.578)	(1.938.703)
Total do Patrimônio líquido	(760.756)	(539.037)	(1.299.793)	(982.547)	(652.578)	(1.635.125)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.184.501	(539.037)	1.645.464	2.388.973	(652.578)	1.736.395

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Demonstração do resultado e do resultado abrangente do período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023

	01/07/2023 a 30/09/2023			01/01/2023 a 30/09/2023		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo antes dos impostos	(63.487)	-	(63.487)	(194.642)	-	(194.642)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.479	(21.479)	-	65.799	(65.799)	-
Prejuízo do período	(42.008)	(21.479)	(63.487)	(128.843)	(65.799)	(194.642)
Prejuízo atribuível a:						
Acionistas	(42.008)	-	(63.487)	(128.843)	-	(194.642)
Prejuízo por ação	(0,00138)		(0,00209)	(0,00163)		(0,00641)
Resultado abrangente do período, líquido de impostos	(42.008)	-	(63.487)	(128.843)	-	(194.642)

3. Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2023

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldo em 1º de janeiro de 2023	303.578	(1.064.334)	(760.756)
Correção de erro em períodos anteriores		(539.037)	(539.037)
Saldo em 1º de janeiro de 2023 - ajustado		(1.603.371)	(1.299.793)
Prejuízo do período reapresentado		(194.642)	(194.642)
Saldo em 30 de setembro de 2023	303.578	(1.798.013)	(1.494.435)

4. Demonstração do fluxo de caixa do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2023

	30/09/2023		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do período	(128.843)	(65.799)	(194.642)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(65.799)	65.799	-

5. Demonstração do valor adicionado no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2023

	30/09/2023		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Imposto, taxas e contribuições Federais (incluindo IOF)	(55.374)	65.799	10.425
Remuneração de capital próprio			
Prejuízo do período	(128.843)	(65.799)	(194.642)

6. Informações adicionais referentes aos valores correspondentes para as informações trimestrais de 31 de março de 2024

Em complemento às informações correspondentes comparativas demonstradas acima, a Companhia apresenta abaixo os ajustes relacionados ao balanço patrimonial referente ao 1º trimestre de 2024 publicado:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2024		
	Original	Ajustes	Modificado
Ativo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	681.130	(681.130)	-
Total do ativo	2.444.837	(681.130)	1.763.707
Patrimônio líquido			
Prejuízo acumulado	(1.341.855)	(681.130)	(2.022.985)
Total do Patrimônio líquido	(1.038.277)	(681.130)	(1.719.407)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.444.837	(681.130)	1.763.707

7. Demonstração do resultado e do resultado abrangente do período de três meses findos em 31 de março de 2024

	31/03/2024		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo antes dos impostos	(84.282)	-	(84.282)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.552	(28.552)	-
Prejuízo do período	(55.730)	(28.552)	(84.282)
Prejuízo atribuível a:			
Acionistas	(55.730)	(28.552)	(84.282)
Prejuízo por ação	(0,00184)		(0,00278)
Resultado abrangente do período, líquido de impostos	(55.730)	(28.552)	(84.282)

8. Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de três meses findos em 31 de março de 2024

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
	Saldo em 1º de janeiro de 2024	303.578	(1.286.125)
Correção de erro em períodos anteriores		(652.578)	(652.578)
Saldo em 1º de janeiro de 2024 - ajustado		(1.938.703)	(1.635.125)
Prejuízo do período reapresentado		(84.282)	(84.282)
Saldo em 31 de março de 2024	303.578	(2.022.985)	(1.719.407)

9. Demonstração do fluxo de caixa do período de três meses findos em 31 de março de 2024

	31/03/2024		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do período	(55.730)	(28.552)	(84.282)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.552)	28.552	-

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Demonstração do valor adicionado no período de três meses findos em 31 de março de 2024

	31/03/2024		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Imposto, taxas e contribuições Federais (incluindo IOF)	(25.022)	28.552	3.530
Remuneração de capital próprio Prejuízo do período	(55.730)	(28.552)	(84.282)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2024	31/12/2023
Disponibilidades	2.425	2.835
Aplicação financeira (i)	180.572	138.626
	<u>182.997</u>	<u>141.461</u>

(i) Referem-se a aplicação financeiras em Certificados de Depósitos bancários (CDBs), tendo essa aplicação sido remunerada a 98% do CDI em 2024 e 2023.

5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	30/09/2024	31/12/2023
Não circulante	67.257	64.241
	<u>67.257</u>	<u>64.241</u>

Companhia mantém aplicações financeiras em Fundos de Investimentos vinculados, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 98% do CDI em 2024 e em 2023.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	30/09/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico a receber	28.267	23.610
Cartões de pedágio a receber	1.048	808
Receitas acessórias	6.057	8.141
Valores em trânsito	453	731
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(215)	(216)
	<u>35.610</u>	<u>33.074</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Impostos a recuperar

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	2.378	3.410
Outros impostos a recuperar	<u>9</u>	<u>9</u>
Circulante	<u><u>2.387</u></u>	<u><u>3.419</u></u>

8. Imposto de renda e contribuição social

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	512.041	457.729
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	101.665	96.854
Outras provisões	2.553	2.677
Provisão para manutenção de rodovias	124.033	113.523
Provisão para investimentos em rodovias	3.516	3.505
AVP Outorga	1.285	1.341
CPC 47 - Ajustes de Receita Bruta	986	633
Impairment - Tributo Diferido Ativo, após deduzido o saldo passivo	<u>(723.553)</u>	<u>-</u>
	-	676.262
Passivo:		
Tributos diferidos:		
Amortização - curva de tráfego (i)	<u>(22.526)</u>	<u>(23.684)</u>
Líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>652.578</u></u>

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Em 30 de setembro de 2024, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 723.553 (2023 - R\$ 652.578). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

A expectativa da administração é no sentido de que, com a implementação do Plano de Recuperação e repactuação do passivo da Companhia, será revertida a situação quanto aos resultados negativos da Companhia verificados em períodos passados, de modo que poderá ser alcançado resultado positivo em períodos futuros, permitindo-se a compensação futura do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social.

No entanto, diante das incertezas relacionadas à implementação do Plano de Recuperação, conjugada ao decurso do tempo desde a homologação judicial do Plano, a administração da Companhia revisou sua análise quanto à perspectiva de realização de lucros tributáveis futuros para registro pelo valor recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" e norma internacional de contabilidade IAS 12 - Income Taxes, tendo então reconhecido provisão no resultado (baixa) do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024 no montante de R\$ 652.578.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esse reconhecimento deveria ter sido registrado como correção de erro, retrospectivamente, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na apresentação destas informações trimestrais. Devido ao fato de a Companhia estar em processo de atualização de estudos preliminares fundamentados por projeções futuras que dependem da definição do plano de recuperação judicial, conforme descrito na Nota 1.1, para registro de eventual redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível, foi feita a opção de não reapresentar as informações financeiras anteriormente emitidas para registrar a provisão pela ausência de recuperabilidade dos tributos sobre o lucro retrospectivamente, já que existem indicativos de que registros por *impairment* poderão ser necessários, fato que ocasionaria a necessidade de nova reapresentação de informações financeiras.

A administração da Companhia ressalva, contudo, que a baixa contábil de tal ativo não prejudica o seu direito de utilizar o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL para compensar parte de lucros tributáveis futuros, se e quando apurados, nos termos e condições estabelecidos pela legislação e regulamentação tributárias aplicáveis. Ademais, a alteração do cenário de incerteza quanto à implementação do Plano poderá impactar as estimativas da administração para o resultado de exercícios futuros, com a possibilidade de reconhecimento dos créditos de tributos diferidos cuja perda está sendo ora reconhecida.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	334	1.174	657	2.055	377	4.317	8.914
Aquisições	32	81	194	485	-	135	927
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(79)	(293)	(251)	(686)	-	(338)	(1.647)
Baixa de depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	287	962	600	1.854	377	4.114	8.194
Em 31 de dezembro de 2023							
Custo	1.379	3.314	6.007	4.420	377	7.854	23.351
Depreciação acumulada	(1.092)	(2.352)	(5.407)	(2.566)	-	(3.740)	(15.157)
Saldo contábil, líquido	287	962	600	1.854	377	4.114	8.914
Em 30 de setembro de 2024							
Saldo inicial	287	962	600	1.854	377	4.114	8.194
Aquisições	10	2	77	2.143	-	139	2.371
Baixas	(2)	-	(16)	-	-	-	(18)
Transferência	45	-	-	-	-	(45)	-
Depreciação	(61)	(208)	(166)	(663)	-	(253)	(1.351)
Baixa de Depreciação	1	-	12	-	-	-	13
Saldo contábil, líquido	280	756	507	3.334	377	3.955	9.209
Em 30 de setembro de 2024							
Custo	1.432	3.316	6.068	6.563	377	7.948	25.704
Depreciação acumulada	(1.152)	(2.560)	(5.561)	(3.229)	-	(3.993)	(16.495)
Saldo contábil, líquido	280	756	507	3.334	377	3.955	9.209
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5	-	25	

Em 30 de setembro de 2024, existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar-condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 9.287 (2023 - R\$ 7.072).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2023						
Saldo inicial	394.379	733.923	44.452	215.994	2.721	1.391.469
Aquisições (vii)	-	50.170	1.592	35.034	1.823	88.619
Alienações	-	(3)	3	-	-	-
Amortização (vi)	(20.099)	(38.404)	(2.321)	-	(1.747)	(62.571)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	374.280	745.686	43.726	251.028	2.797	1.417.517
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	542.244	1.002.206	71.683	251.028	16.671	1.883.832
Amortização acumulada	(167.964)	(256.520)	(27.957)	-	(13.874)	(466.315)
Saldo contábil, líquido	374.280	745.686	43.726	251.028	2.797	1.417.517
Em 30 de setembro de 2024						
Saldo inicial	374.280	745.686	43.726	251.028	2.797	1.417.517
Aquisições (vii)	-	72.333	529	23.364	1.873	98.099
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(2)	-	-	(2)
Baixa Amortização	-	-	2	-	-	2
Amortização (vi)	(15.395)	(31.777)	(1.804)	-	(1.434)	(50.410)
Saldo contábil, líquido	358.885	786.242	42.451	274.392	3.236	1.465.206
Em 30 de setembro de 2024						
Custo	542.244	1.074.539	72.210	274.392	18.544	1.981.929
Amortização acumulada	(183.359)	(288.297)	(29.759)	-	(15.308)	(516.723)
Saldo contábil, líquido	358.885	786.242	42.451	274.392	3.236	1.465.206

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial
Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 5,59% em 30 de setembro de 2024 (2023 - 5,22%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2024, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 12.743 (2023 - R\$ 7.900).

A administração da Companhia, com base em estudos preliminares identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível. Em que pese as projeções futuras da Companhia dependam da implementação do Plano de Recuperação Judicial – que ocorrerá apenas quando a ARTESP aprovar a transferência de controle, o que, reitera-se, não está sob controle da administração da Companhia –, e diante do decurso do tempo desde a homologação do Plano de Recuperação, sem a sua implementação até a data de emissão destas informações contábeis intermediárias, a administração optou por dar início ao processo de atualização daqueles estudos, com sua ampla revisão, com apoio de especialistas, utilizando-se as premissas disponíveis, ainda que influenciadas pelo cenário de incertezas decorrente da pendência de implementação do Plano de Recuperação. A administração tem a expectativa de concluir os testes de *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia até a data de divulgação das informações contábeis relativas ao presente exercício, a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, razão pela qual não reconheceu, por ora, provisão ao valor recuperável desses ativos

A administração reitera que o teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, conseqüentemente, em suas informações contábeis intermediárias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Fornecedores e prestadores de serviços

No período findo em 30 de setembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	18.059	14.374
Cauções e retenções contratuais (i)	23.207	19.128
	<u>41.266</u>	<u>33.502</u>

(i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

12. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Remuneração fixa	1.810	1.698
	<u>1.810</u>	<u>1.698</u>

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 2.465.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Via Appia Concessões S.A. (sucessora de AB Concessões S.A.)	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	213.157	199.900
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	22.012	20.624
			<u>235.169</u>	<u>220.524</u>

No contexto da cisão parcial da AB Concessões S.A. realizada em 27 de maio de 2024, e do cumprimento do acordo de acionistas da Companhia, entre a AB Concessões e a Lineas International Holding BV, foi concluída, em 05 de setembro de 2024, a averbação da transferência, nos livros da Companhia, da participação direta de 50% do capital social da Companhia anteriormente detida pela AB Concessões S.A., à Via Appia Concessões S.A., incluindo respectivo mútuo. Desta forma, a AB Concessões S.A. foi sucedida por Via Appia Concessões S.A no respectivo mútuo.

Os contratos possuem vencimento indeterminado e fazem parte do objeto do SPA assinado em 09 de agosto de 2021, através do qual, assim que obtido o seu fechamento, os mútuos serão transferidos para o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Os mútuos foram remunerados até 31 de maio de 2024, com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 10 de outubro de 2024, foi celebrado um termo de acordo entre os acionistas e Companhia, com a interveniência anuência do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, para a suspensão da incidência de juros a partir de 01 de junho de 2024 (inclusive), de forma que o saldo devedor dos mútuos acumulará os juros apenas até o dia 31 de maio de 2024. Em resultado desse acordo, a Companhia reverteu o valor de R\$ 2.763 de atualização registrado no mês de junho e a não incidência a partir dessa data.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no período foram de R\$ 14.645 (Nota 18) (2023 - R\$ 35.198).

13. Provisões

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para demandas judiciais cíveis	13.598	14.937
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	11.516	11.214
Provisão para processos administrativos	265.810	262.072
Provisão para demandas judiciais tributárias	10.523	-
Provisão para investimentos em rodovias	9.591	9.284
Provisão para manutenção em rodovias	290.431	262.718
	<u>601.469</u>	<u>560.225</u>
Circulante	<u>136.646</u>	<u>111.033</u>
Não circulante	<u>464.823</u>	<u>449.192</u>

a) Provisão para demandas judiciais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>30/09/2024</u>
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	14.937	677	(2.016)	13.598
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	11.214	302	-	11.516
Provisão para processos administrativos (iii)	262.072	9.967	(6.229)	265.810
Provisão para demandas judiciais tributárias (iv)	-	10.523	-	10.523
	<u>288.223</u>	<u>21.469</u>	<u>(8.245)</u>	<u>301.447</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	4.557	12.562	(2.180)	14.937
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	12.102	-	(888)	11.214
Provisão para processos administrativos (iii)	246.863	17.561	(2.352)	262.072
	<u>263.522</u>	<u>30.123</u>	<u>(5.421)</u>	<u>288.223</u>

(i) As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera, e para as quais foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

(ii) As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

(iii) As provisões para processos administrativos dizem respeito às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária e para as quais foi constituída uma provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho dos processos em curso.

(iv) As provisões para processos tributários referem-se, à estimativa de perdas prováveis relacionados ao processo de discussão da constitucionalidade dos Decretos nº 8.426/2015 e 8.451/2015. Este processo teve uma evolução negativa no período, razão pela qual foi constituída uma provisão. Em 30/09/2024 encontram-se constituídos depósitos judiciais no mesmo montante (relação de depósitos abaixo).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2024	31/12/2023
Processos Administrativos	215.958	211.288
Processos Judicializados	48.399	49.331
Estimativa de notificações	1.453	1.453
	265.810	262.072

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui o equivalente a R\$ 17.820 (2023 - R\$ 9.850) de causas trabalhistas, R\$ 16.501 (2023 - R\$ 18.001) de causas cíveis, e R\$ 63.909 (2023 - R\$ 50.156) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta os seguintes valores de depósitos judiciais:

	31/12/2023	Adição	Reversão	30/09/2024
Cíveis (i)	35.141	8.398	(200)	43.339
Trabalhistas (ii)	14.105	-	-	14.105
Tributário (iii)	9.090	1.490	(58)	10.522
	58.336	9.888	(258)	67.966

(i) Os depósitos cíveis são segregados em R\$ 465 (2023 - R\$ 301) relacionados a processos cíveis e R\$ 42.874 (2023 - R\$ 34.840), relacionados a processos com a ARTESP;

(ii) Dos depósitos judiciais trabalhistas acima relacionados, o valor de R\$ 13.720 (2023 - R\$ 13.720) se referem a processos em discussão trabalhista na Vara de Nanuque/MG. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal Vara do Trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores. O valor de R\$ 385 (2023 - R\$ 385) estão relacionados a outros processos trabalhistas.

(iii) Dos depósitos judiciais tributários acima relacionados, o valor de R\$ 10.426 se refere ao processo com discussão sobre a inconstitucionalidade dos Decretos nº 8.426/2015 e 8.451/2015, e o afastamento do lançamento e constituição das contribuições ao PIS e COFINS, com a incidência majorada sobre as receitas financeiras. O valor de R\$ 96, está relacionado a outro processo de natureza tributária.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2023	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	30/09/2024
Provisão para Investimentos	9.284	309	(2)	9.591
	9.284	309	(2)	9.591
	31/12/2022	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2023
Provisão para Investimentos	8.874	417	(7)	9.284
	8.874	417	(7)	9.284

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/09/2024	31/12/2023
2026	9.591	9.284
	9.591	9.284

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2023	Adição	Transferência	Realização	Reversão	30/09/2024
Provisão para manutenção	289.414	60.751	-	(35.032)	-	315.133
Ajuste a valor presente (AVP)	(26.696)	(1.600)	-	-	3.594	(24.702)
	262.718	59.151	-	(35.032)	3.594	290.431
Circulante	111.033	51.225	9.420	(35.032)	-	136.646
Não circulante	151.685	7.926	(9.420)	-	3.594	153.785
	31/12/2022	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2023
Provisão para manutenção	214.999	150.203	-	(75.788)	-	289.414
Ajuste a valor presente (AVP)	(12.281)	(16.240)	-	-	1.825	(26.696)
	202.718	133.963	-	(75.788)	1.825	262.718
Circulante	162.711	-	24.110	(75.788)	-	111.033
Não circulante	40.007	133.963	(24.110)	-	1.825	151.685

Durante o ano de 2023, a Companhia contratou empresa especializada para uma reavaliação detalhada do estado de conservação do pavimento das rodovias que compõem a sua malha rodoviária, com o objetivo de rever o seu atual plano de manutenção de pavimentos e identificar as necessidades de intervenções ao longo do período remanescente de concessão, mantendo as mesmas características e condições contratuais previstas no Edital com a execução dos serviços de Conservação Especial para Atendimento aos parâmetros

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e Ciclos de Intervenções. Desta análise, resultou a identificação da necessidade de execução de intervenções relevantes para o cumprimento das condições contratuais previstas no Edital, assim como de antecipação de intervenções nas rodovias que sofreram maiores impactos nos últimos anos, devido ao maior volume e alteração no perfil de tráfego pesado. Somado a estes fatores, verificou-se um aumento considerável no volume de precipitações pluviométricas nos últimos anos, o que contribui significativamente para a deterioração do pavimento.

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/09/2024	31/12/2023
2024	40.713	30.248
2025	66.921	68.404
2026	67.334	62.204
2027	68.578	60.499
2028	46.885	41.363
	290.431	262.718

14. Debêntures**a) Descrição da operação**

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de Emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	30/09/2024	31/12/2023
Principal corrigido pelo IPCA	1.870.406	1.809.935
Remuneração (juros)	837.219	754.539
Custos com emissão	(14.394)	(19.357)
	2.793.231	2.545.117
Circulante	(2.793.231)	(2.545.117)

c) Movimentação das debêntures

31/12/2023	Juros no período	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	30/09/2024
2.545.117	248.114	-	-	-	2.793.231
31/12/2022	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2023
2.244.691	300.426	-	-	-	2.545.117

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017, mas em 08 de novembro de 2019, as amortizações foram interrompidas devido a declaração de vencimento antecipado das debêntures, onde a Companhia ingressou no processo de Recuperação Judicial, conforme destacado na Nota Explicativa 1.1.

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e por cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas de dívidas (*covenants*), cuja verificação é semestral, as quais são acompanhadas pela administração.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas declararam o vencimento antecipado, suspendendo a verificação das respectivas cláusulas restritivas de dívida (*covenants*).

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**a) Capital social**

Em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Via Appia Concessões S.A. (sucessora de AB Concessões S.A.)	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

No contexto da cisão parcial da AB Concessões S.A. realizada em 27 de maio de 2024, e do cumprimento do acordo de acionistas da Companhia, entre a AB Concessões e a Lineas International Holding BV, foi concluída, em 05 de setembro de 2024, a averbação da transferência, nos livros da Companhia, da participação direta de 50% do capital social da Companhia anteriormente detida pela AB Concessões S.A., à Via Appia Concessões S.A., incluindo respectivo mútuo. Desta forma, a AB Concessões S.A. foi sucedida por Via Appia Concessões S.A no capital social da Companhia.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Receita operacional líquida

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Receita com arrecadação de pedágio	293.923	268.294
Receita de serviços de construção	95.697	56.422
Receitas acessórias	12.511	12.299
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(26.434)</u>	<u>(24.199)</u>
	<u><u>375.697</u></u>	<u><u>312.816</u></u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Com pessoal	(26.674)	(22.712)
Honorários da administração	(1.810)	(1.698)
Manutenção e conservação	(73.939)	(63.501)
Serviços de terceiros	(7.455)	(7.917)
Ônus variável da concessão	(4.601)	(4.212)
Seguros e garantias	(2.389)	(2.288)
Custo dos serviços de construção	(95.026)	(55.318)
Provisão para demandas judiciais (i)	(14.150)	(22.622)
Provisão para manutenção em rodovias	(60.751)	(37.598)
Depreciação e amortização	(51.761)	(50.976)
Outras receitas e despesas	<u>(7.049)</u>	<u>(5.784)</u>
	<u><u>(345.605)</u></u>	<u><u>(274.666)</u></u>
	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(315.675)	(237.705)
Despesas gerais e administrativas	(15.945)	(14.329)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(13.985)</u>	<u>(22.632)</u>
	<u><u>(345.605)</u></u>	<u><u>(274.666)</u></u>

(i) Em 30 de setembro de 2024, a Companhia apresentou no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas", adição nos nove meses de R\$ 13.223 referente a provisão de contingências de processos informados na Nota 13.a que impactaram o resultado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(235.371)	(220.159)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(14.645)	(25.903)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(3.903)	(318)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(46)	(48)
Outras despesas financeiras	<u>(7.532)</u>	<u>(7.813)</u>
	<u>(261.497)</u>	<u>(254.241)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	16.765	14.835
Atualização de impostos a recuperar	181	180
Variação do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	1.602	4.419
Outras receitas financeiras	<u>2.292</u>	<u>2.015</u>
	<u>20.840</u>	<u>21.449</u>
Resultado financeiro	<u>(240.657)</u>	<u>(232.792)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Salários e encargos sociais	(21.517)	(18.795)
Benefícios previstos em lei	(3.358)	(2.771)
Benefícios adicionais	<u>(3.609)</u>	<u>(2.844)</u>
	<u>(28.484)</u>	<u>(24.410)</u>

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	<u>(863.144)</u>	<u>(128.843)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,02843)</u>	<u>(0,00424)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de setembro de 2024, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 10,65% ao ano, observada no fechamento de 30 de setembro de 2024, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano e projeções futuras.
- IPCA - variação de 4,42% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 30 de setembro de 2024, divulgada pelo IBGE e projeções futuras

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Debêntures	Aumento do IPCA	346.919	377.784	408.650
		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Debêntures	Aumento do IPCA	228.967	249.338	269.709
		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	39.156	45.417	51.678
		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	25.843	29.975	34.108
		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro	Risco	Estável	-25%	-50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	7.163	5.372	3.581

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	4.727	3.546	2.364

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2024 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	41.266	-	41.266
Debêntures	2.707.625	-	2.707.625
Credor pela concessão	552	-	552
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	-	235.169	235.169
Total	2.749.443	235.169	2.984.612

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Continuidade Operacional

A continuidade operacional da Companhia poderá ser afetada por eventos adversos do processo de recuperação judicial.

O intuito do processo da recuperação judicial é para adequar a sua dívida com os debenturistas ao seu fluxo de caixa e continuar a operacionalizar as suas atividades assumidas junto ao órgão regulador e efetivar os pagamentos aos fornecedores.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	67.257	64.241
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	182.997	141.461
Contas a receber de clientes	35.610	33.074
Depósitos judiciais	67.965	58.336
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	2.793.231	2.545.117
Contas a pagar a fornecedores	41.266	33.502
Outras contas a pagar	3.911	2.511
Partes relacionadas - mútuo a pagar	235.169	220.524
Obrigações com o poder concedente	552	499

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 30 de setembro de 2024 representa 13% (2023 - 14%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	235.169	220.524
Debêntures	2.793.231	2.545.117
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(182.997)	(141.461)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(67.257)	(64.241)
Dívida líquida	<u>2.778.146</u>	<u>2.559.939</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(1.845.691)</u>	<u>(982.547)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	30 de setembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	182.997	182.997	141.461	141.461
Aplicações financeiras	67.257	67.257	64.241	64.241
Contas a receber de clientes	35.610	35.610	33.074	33.074
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	2.707.625		2.564.474	
Fornecedores	41.266	41.266	33.502	33.502
Outras contas a pagar	3.911	3.911	2.511	2.511
Partes relacionadas - mútuo a pagar	235.169	235.169	220.524	220.524
Obrigações com o poder concedente	552	552	499	499

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

As debêntures atualmente possuem valor justo zero conforme avaliado pela ANBIMA (nível 1). O valor justo não foi divulgado, pois a administração não valoriza internamente o passivo financeiro utilizando técnicas de nível 3 dada a incerteza envolvida no processo de reestruturação.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de ser respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

Com a declaração de vencimento antecipado, o mercado classificou as Debêntures da Companhia no valor zero, por este motivo o valor justo encontra-se sem valor.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	64.846
	Responsabilidade civil geral	52.837
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	10.000

A Companhia está sem seguro garantia, obrigatório no âmbito do Contrato de Concessão, desde julho de 2019.

Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, a ausência do seguro garantia representa inadimplência que, se comprovada por processo administrativo, poderá implicar na caducidade da concessão, mas tal contratação está sendo discutida no bojo do processo de transferência acionária, prevista na recuperação judicial já aprovada, uma vez que a situação econômico-financeira da Companhia e sua capacidade de crédito se modificará após implementação do plano.

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	30/09/2024	31/12/2023
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	12.743	15.827

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

25. Eventos subsequentes

Em 31 de outubro de 2024, foi assinado o vigésimo segundo aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 06 de agosto de 2021, entre os acionistas controladores Companhia, Via Appia Concessões S.A. e Lineas International Holding B.V. e o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, tendo a Companhia como interveniente-anuente, para alienação da totalidade das ações e dos créditos decorrentes de empréstimos intercompany detidos pelos Acionistas Controladores. O Aditivo tem como objetivo alterar e prorrogar o prazo final para o fechamento da operação, para o dia 31 de março de 2025, de modo que, encerrado tal prazo, qualquer uma das Partes poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, rescindir o Contrato de Compra e Venda. Este aditamento foi aprovado pelos debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 30 de outubro de 2024, a qual também aprovou a prorrogação do prazo para a implementação do plano de recuperação judicial para 16 de dezembro de 2024.

Em 08 de novembro de 2024, foi possível a contratação do seguro garantia, obrigatório no âmbito do Contrato de Concessão, para a cobertura dos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão (funções operacionais e de conservação; funções de ampliação). Este seguro é constituído por duas apólices emitidas pela Allseg Seguradora S.A, com limite de cobertura total de R\$327.00.000,00. A Companhia estava sem este seguro desde julho de 2019 (Nota 23), pelo que a partir dessa data, encontra-se adimplente em matéria de seguros obrigatórios.

Em 12 de novembro de 2024, foi proferida decisão judicial no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia (Nota 1.1), deferindo: (i) o pedido formulado pela Companhia para início do cumprimento do plano de pagamentos dos créditos referentes às classes de credores I, III (exceto debenturistas) e IV, no prazo

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 30 dias; e (ii) o elastecimento de 180 dias ao prazo judicial inicialmente fixado para conclusão das tratativas e obtenção da aprovação junto à ARTESP da transferência da totalidade das ações de emissão da Companhia, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre Via Appia Concessões S.A. (sucessora de AB Concessões S.A.), Lineas International Holding B.V. e o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
(Em recuperação judicial)
São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Contudo, devido aos assuntos descritos no Parágrafo "Base para abstenção de conclusão", não foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

Base para abstenção de conclusão

(a) Incerteza significativa sobre continuidade operacional – implementação do plano de recuperação judicial

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14 (d) às informações contábeis intermediárias, em 08 de novembro de 2019, em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), foi declarado o vencimento antecipado das debêntures que em 30 de setembro de 2024 totalizam R\$ 2.793.231 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 2.545.117 mil), sem inclusão de multa e juros moratórios. Conforme também descrito na Nota Explicativa no 1.1 às informações contábeis intermediárias, com o vencimento antecipado dessas debêntures, em 11 de novembro de 2019, a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial junto à Comarca de Salto – SP.

Referido pedido de recuperação judicial foi homologado em 30 de setembro de 2021 após aprovação do correspondente plano de recuperação pelos credores. No entanto, até a data atual, não houve aprovação pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP") da alteração de controle acionário, conforme Notas Explicativas nos 1.1 e 10, fato este necessário para a entrada em vigor do plano de recuperação judicial e início de sua efetiva implementação. O plano de recuperação judicial inclui, entre outros, a efetividade do plano de negócio que contempla as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa previstos para os próximos anos. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa no 23 às informações contábeis intermediárias, a Companhia ainda não teve a renovação de seu seguro garantia aceita pela seguradora, tampouco apresentou garantia de valor e condições equivalentes e, conforme Notas Explicativas nos 1.1 e 13, e vem recebendo notificações e penalidades sobre a possibilidade de não cumprimento de algumas obrigações contratuais, estando as notificações ainda sendo discutidas no âmbito administrativo e parte das penalidades no âmbito judicial. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, e conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, caso a transferência de controle não seja aprovada pela ARTESP, não poderá ser desconsiderado o risco de o Poder Concedente iniciar um processo de apuramento de inadimplência que, se comprovado o processo administrativo, poderá ensejar a caducidade do contrato em decorrência da inexecução de obrigações contratuais, da deterioração das condições econômico-financeiras da Concessionária, ou da incapacidade de renovação do seguro-garantia.

(b) Redução ao valor recuperável do imobilizado e intangível

Em decorrência dos assuntos mencionados acima, a Administração da Companhia identificou evidências de perda por desvalorização de ativos, que deveriam terem sido reduzidos ao valor recuperável no ativo imobilizado e intangível, que em 30 de setembro de 2024 apresentam saldo de R\$ 9.209 mil e R\$ 1.465.206 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 8.194 mil e R\$ 1.417.517 mil), respectivamente. Tais perdas por desvalorização estão baseadas em estudos preliminares e fundamentados por projeções futuras que dependem da efetiva implementação do plano de recuperação judicial, que, por sua vez, depende de aprovação pela ARTESP, anteriormente mencionada e conforme descrito nas Notas Explicativas nos 9 e 10 às informações contábeis intermediárias. Devido às incertezas presentes, principalmente quanto ao início da efetiva implementação do plano de recuperação judicial, a Administração concluiu não estarem reunidas as condições para reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável desses ativos até o presente momento.

(c) Realização de tributos diferidos registrados no ativo

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.3 às informações contábeis intermediárias, a Companhia registrou provisão para perda

ao resultado dos ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pela ausência de provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros, conforme requerido pelo CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, no montante de R\$ 652.678 mil, para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2024. A Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais não utilizados e, neste momento, encontra-se em situação financeira que, para tentar se tornar viável, dentro outros aspectos, precisa da implementação do plano de recuperação judicial, que depende da prévia aprovação da ARTESP. Consequentemente, o prejuízo do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024 está apresentado a menor em R\$ 652.678 mil, em decorrência de que os erros deveriam corrigir períodos anteriores, conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Considerando a magnitude e a extensão dos possíveis efeitos desses assuntos no contexto das informações contábeis intermediárias, que remetem a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem, neste momento, concluir sobre o valor dos ajustes de perda por desvalorização do imobilizado e intangível (impairment), demais estimativas de ativos e passivos e modificações de seus passivos financeiros, incluindo eventuais efeitos de multas e juros moratórios não registrados considerando o estágio de implementação do Plano de Recuperação Judicial, conforme mencionado acima, assim como, concluir que o pressuposto de continuidade operacional e a correspondente base de elaboração das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2024 e seus impactos em anos anteriores são apropriados.

Abstenção de conclusão

Não expressamos uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, pois devido à relevância dos assuntos descritos na seção anteriormente intitulada "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão de auditoria sobre essas informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Fomos contratados também para revisar, em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias acima referidas, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para abstenção de conclusão", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essa demonstração em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de novembro de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 – S - SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2024.

Salto, 14 de Novembro de 2024.

Henrique Antero Pio Marchesi
Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da BDO RCS Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2024.

Salto, 14 de Novembro de 2024

Henrique Antero Pio Marchesi
Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor Administrativo Financeiro